

MARÇO DE LUTAS

Sintrajud convoca o ato do 8M e atividades sobre as lutas das mulheres

Tenda do Sindicato será instalada no Fórum Pedro Lessa às 16h do dia 8; sábado, 9, tem roda sobre autodefesa e vôlei recreativo. *Live* e evento em Santos fecham março feminista.

O mês de março é momento de celebrar as lutas das mulheres por direitos ao longo da história e nos dias atuais. O Brasil ocupa o quinto lugar mundial em feminicídios. E o racismo potencializa as violações - incluindo a morte de filhos e familiares nas mãos de agentes do Estado, como nas chacinas das operações 'Escudo' e 'Verão' da PM do governo Tarcísio de Freitas.

No Judiciário Federal, além de sofrer com o assédio moral e sexual, muitas mulheres são silenciadas por uma estrutura autoritária e de confraria.

Por isso, o Sintrajud soma esforços em várias atividades para comemorar as conquistas desde 1917 (primeiro 8 de março, que deu origem à Revolução Russa), e exigir igualdade de direitos e fim da misoginia. Confira a agenda de eventos ao lado e participe!

Agenda feminista

08 (sexta) - Participação no ato unificado (concentração no Fórum Pedro Lessa, às 16h, e saída coletiva do Fórum Ruy Barbosa às 16h30)

09 (sábado) - Roda de conversa sobre defesa pessoal e aula de vôlei recreativo (Nossa Arena Beach Sports, Rua Sem Saída, 200 - acesso pela Rua Dr. Nicolas Boer, 100 - Parque Industrial Tomas Edson)

13 (quarta) - Live 'A força da mulher trabalhadora no enfrentamento aos ataques à classe, 19h30, via Zoom

24 (domingo) - Evento "Nada incomoda mais à ordem do que mulheres que sonham e lutam", 13h (Barraca de praia da ASSOJUBS: Av. Vicente de Carvalho, 70, Gonzaga - próximo ao Canal 3 - Santos)

Mobilizar em defesa da carreira e por salários dignos

O Sintrajud também quer debater, nas assembleias setoriais e geral, a mobilização nacional em defesa da revisão do Plano de Cargos e Salários e pela antecipação da terceira parcela do reajuste. A 23ª Plenária da Fenajufe aprovou por consenso diretrizes sobre carreira. A diretoria do Sindicato é favorável à sobreposição e às ta-

belas do PL entregue ao CNJ, mas tem críticas pontuais. Conheça os problemas do anteprojeto acessando bit.ly/problemasPLcarreira.

Vamos organizar as contribuições de São Paulo à nova Plenária da Federação, que acontece em maio. Nela, também queremos discutir a luta contra o 'novo' arcabouço fiscal do governo Lula, que ataca os servidores e os serviços públicos.

Calendário de assembleias e atividades

06 de março (quarta) - Assembleia setorial do TRT-2, 19h30, via Zoom (acesse no *site* ou pelo QR Code no verso).

- Reunião do Núcleo de Aposentados/as e Pensionistas, 15h, via Zoom

07 de março (quinta) - Assembleia setorial do TRF-3/JF, 19h30, via Zoom (acesse no *site* ou pelo QR Code no verso)

Unificar a luta por mais verbas para a saúde e por isonomia

Tribunais garantem irredutibilidade do auxílio para juízes e deixam “sobras” para servidores; assembleias discutem reforço à mobilização.

Com o avanço dos tribunais para a implementação de novas regras ‘Robin Hood às avessas’ para o custeio da assistência em saúde, é momento de a categoria se unificar na luta para preservar direitos e avançar em conquistas

Os valores cada vez mais exorbitantes dos planos de saúde e a falta de transpa-

rência nos cálculos da chamada “sinistralidade” exigem que as administrações se mexam para aumentar as verbas destinadas à assistência em saúde. Na contramão, as presidências dos tribunais são unânimes em defender o “fazer mais com menos”: mais trabalho com menos direitos. Não podemos pagar a conta do ajuste fiscal.

Saúde de servidor não vale menos que a de juiz!

A isonomia na distribuição dos recursos orçamentários que chegam aos tribunais para custear a saúde de magistrados sempre foi critério. Em 2022, se antecipando a todos os tribunais do país, o TRT-2 instituiu o piso de 6% do subsídio de um juiz substituto para a magistratura, e deixou os servidores de fora. O resultado foi que em janeiro deste ano, os servidores tiveram redução de 25% no valor do auxílio e, em fevereiro, quando entrou a segunda parcela do reajuste dos juízes, eles tiveram novo aumento do benefício. Um escárnio! Por isso, colegas da Justiça do Trabalho têm se mobilizado para reverter essa injustiça.

No TRF-3 e na Justiça Federal da capital e mais 15 cidades, foi a mobilização de servidoras e servidores no ano passado que conquistou a liberação de mais orçamento para o Regional e a devolução de descontos retroativos. Agora, o Tribunal anunciou que vai adotar o piso do auxílio-saúde só para juízes e vai quebrar a isonomia também no cumprimento da Resolução 500/2023 do Conselho Nacional de Justiça. Pela norma do CNJ, quem tem mais de 50 anos de idade, vive com alguma deficiência ou tem dependentes nessas condições deve receber acréscimo

de 50% no reembolso de despesas médicas, mas o Conselho da Justiça Federal decidiu que a regra vai valer só para os juízes e os servidores em iguais condições vão receber só 35%. Para piorar, o Tribunal vai instituir a partir de março o piso de 8% do subsídio do magistrado como regra para cálculo do auxílio dos juízes.

E no TRE-SP, que já não garante nem o plano de saúde, a notícia é que não deve ser implementada neste ano a Resolução 500 e os servidores e servidoras vão perder a parcela do auxílio-saúde para a qual não apresentarem comprovação de despesas. Nos outros ramos do Judiciário é assim que funciona, mas os tribunais cumprem a parte da Lei 8.112/1990 que responsabiliza as administrações pela garantia de assistência à saúde. No TRE-SP muitos colegas tiveram que abrir mão do plano de saúde privado porque foram deixados à própria sorte para negociar com as operadoras. Inaceitável.

A luta por isonomia nos valores do auxílio-saúde de juízes e servidores precisa se unificar no estado de São Paulo e no país para garantir nossos direitos. Participe das assembleias e mobilizações.



**Assembleia
setorial do TRT-2
06/03 19h30**



**Assembleia
setorial do
TRF-3/JF
07/03 19h30**